

## CRISE DO PODER JUDICIÁRIO E MEDIAÇÃO\*

Márcio Campos\*\*

O presente trabalho sugere algumas reflexões sobre a Crise do Poder Judiciário, propondo a mediação. Neste trabalho, trago uma visão crítica do patrimonialismo que algumas pessoas têm a respeito do Estado e da obrigação do Estado em relação à cidadania e às pessoas. Ou seja, o Estado é um reflexo daquilo que nós somos.

Em face disto, retorno à questão da mediação e da arbitragem em razão de um curso que ordenei na cidade de Florianópolis (Santa Catarina), onde pude também contar com a estudiosa Professora Rosângela Cavallazzi e também com a Professora Cláudia Lima Marques.

O presente trabalho apontará, inicialmente, questões do Poder Executivo, do Poder Legislativo, da estrutura do Poder Judiciário e da iniciativa privada, porque juntos todos comemos a dois e ao final irão desaguar no Poder Judiciário, como se este pudesse resolver todos os problemas. Não quero com isto dizer que o Judiciário não precisa refletir sobre as críticas que vem recebendo. Ao contrário, as verdades, de uma forma ou de outra, sempre são ditas. Todos nós sabemos de algumas críticas, como a demora na resolução das causas, também do custo elevado dos processos, as reclamações por falta de controle administrativo do Judiciário etc.

---

\* Palestra proferida em 11 de dezembro de 1999, no Seminário "Desafios do Direito Contemporâneo", na Mesa Redonda "Crise do Judiciário e Corte Constitucional".

\*\* Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC e Vice-Presidente da Comissão de Direito do Consumidor da OAB-SC.

Assim, no tocante ao Poder Executivo, eu quero levantar algumas reflexões. A primeira diz respeito aos planos econômicos como, por exemplo, o Plano Bresser, Plano Collor, Plano Real I, Plano Real II, e seus reflexos diretos e indiretos na economia do nosso país, como, por exemplo a questão dos juros e confiscos, agredindo direitos adquiridos e a coisa julgada – tudo isso acabou nas mãos do Poder Judiciário.

A outra reflexão também diz respeito aos termos e às medidas provisórias. Igualmente atingem os direitos adquiridos e a coisa julgada, ambos princípios sagrados que sustentam a confiança das pessoas nos poderes da República. Mesmo assim, estas medidas provisórias são regidas ferindo direitos, no caso, previdenciário, dos aposentados, dos funcionários públicos, retirando salários após anos e anos de trabalhos e de contribuição, causando incertezas e desconfiças. Isso sem falar nos efeitos danosos, num abalo na confiança dos contratos entre particulares face à instabilidade que estas medidas provocam na economia e nas contratações.

Também, igualmente, os precatórios e as desapropriações, me permitam o Judiciário, também são problemas gestados fora dele, mas desaguam nele, como por exemplo o não pagamento, no prazo, dos precatórios. Comparando, o particular tem os seus bens penhorados e arrematados. O Poder Executivo, não. As desapropriações antes, durante e depois restringem o direito de uso, gozo e disposição da propriedade. Mas, quantas sabemos que são lançadas sem pagamento prévio e justo valor do bem? Quantas desapropriações são lançadas sem o necessário critério de utilidade pública? Quantas propriedades são direta ou indiretamente atingidas, abalando a confiança das pessoas para com o Estado como um todo?

O Judiciário não precisa ser benevolente, ele é um poder independente, ele é um poder autônomo. Sua ação, mesmo que contrária a certos interesses, é na realidade um fator de estabilidade social, confiança nos negócios e, por consequência, fator de continuidade do setor produtivo de nossa sociedade.

Também, igualmente, o Executivo todo faz uma opção pelo capital financeiro, em detrimento dos setores produtivos da nação. Provoca desemprego nas cidades, desajuste das famílias,

provoca desemprego na cidade e no campo, o dinheiro fica na mão dos bancos. Para comprovar basta fazer a leitura dos balanços que são publicados na empresa para verificarmos a totalidade do valor líquido realizado no ano fiscal. Os reflexos negativos todos conhecemos, desde o colono no campo, pequeno empresário, todos pagam caro. Também aqui, o Judiciário pode fazer um pouco de equidade e isso gera confiança nas pessoas, no futuro, nos negócios e também nos seus filhos.

Outro aspecto importante é a especialização dos nossos direitos, como é o caso do meio ambiente, do direito do consumidor, do direito dos idosos, do direito das crianças, dos adolescentes, das mulheres, enfim, das minorias. Ainda, o surgimento destes novos contratos em razão da sociedade, em prestação de serviços, que vêm se inserindo aos poucos no mundo contemporâneo. Isso não basta, é preciso muito mais. É preciso um desejo sincero por parte das pessoas no sentido de respeitar e de cumprir os direitos que já estão catalogados, alinhavados, e não jogar a responsabilidade nas mãos dos outros. É preciso fazer, é preciso se mexer, é preciso agir, de uma atitude pró-ativa em relação ao que já está exposto, envolvido na nossa legislação, como por exemplo as práticas administrativas do setor público ou, então, de atitudes do setor privado em relação às pessoas e também negando vigência a tais direitos.

Todos os dias as leis, a Constituição, em um certo sentido, são desconsideradas. Muitas pessoas pensam que o espaço público não lhes pertence. É neste sentido que eu faço esta observação. Público, na verdade, somos todos nós, e os direitos se não são cumpridos, é preciso que todos tomemos conhecimento e pratiquemos ações nesta direção.

Enfim, quase todas as consequências negativas das citadas frustrações fluem do povo em direção ao Poder Judiciário, como última esperança do cidadão, que espera, aguarda, anseia por justiça. O Judiciário, então, precisa ser sensível, ele é um poder da República, é um poder independente e, por isto, é nele que todos aguardamos o equilíbrio.

Finalmente, o Judiciário em si, podemos considerá-lo como um corpo composto de três partes. A primeira, física, onde se integram prédios, máquinas, utensílios e equipamentos. Depois, a

organização judiciária e cartorial. Por último, as pessoas que compõem o seu corpo.

A primeira, será que as instalações do Poder Judiciário, suas máquinas, seus utensílios, são adequados para, em termos de qualidade global, ajudar, auxiliar as pessoas na obtenção e satisfação da prestação jurisdicional da justiça?

A Segunda diz respeito às regras de organização judiciária de registro e encaminhamento de papéis e processos. Será que isso funciona corretamente? Será que isso funciona adequadamente? Não seria interessante perguntar às pessoas, fazer um estudo, uma pesquisa, ouvir os funcionários, os mais simples, desde aqueles que servem cafezinho até as pessoas que vão lá pedir a prestação jurisdicional?

Por último, a terceira diz respeito à pessoa humana daqueles que trabalham no Poder Judiciário, em relação ao seu vínculo último, no caso, a prestação jurisdicional. Posso pensar então que, novamente ouvindo os usuários dos serviços, façamos uma pesquisa, um estudo exclusivo para saber o que eles pensam das pessoas, da qualidade dos serviços, e com base nisso, então, aplicar uma política séria, a curto e longo prazo, com vistas à solução dos problemas detectados.

Quantos estudos existem na realidade? A propósito disto é que estamos discutindo e trabalhando aqui. Por isto, não basta ficar fechado como um sistema hermético, é preciso concentrar no destinatário final dos serviços que se prestam.

Concluindo, apresento algumas sugestões como contribuição ativa, pró-ativa, pela melhoria dos serviços públicos. As três primeiras eu retirei de um texto de um nobre Professor, Antônio Hermann de Vasconcelos e Benjamin, com o título: "Em busca do sim", publicado em 1988.

A primeira diz que o Ministério Público no Brasil é um órgão natural de proteção do consumidor mediante a compositura de ações judiciais de caráter positivo. Com isto, é preciso ficar sempre atento, sempre lembrar de que a propositura da ação judicial, no caso, não precisa ficar enfocada apenas no individual. Os direitos não são só, exclusivamente, individuais. Certamente eles são de cunho coletivo.

A segunda sugestão, diz respeito à questão do acesso do consumidor à Justiça, pela implementação da mediação, no caso da mediação de consumo. Muito oportuna, inclusive, nos PROCONs, onde poderia ser utilizada habilitando os seus funcionários tecnicamente, para que possam no conhecimento da técnica, do interrogatório, técnica de psicologia, abordando a questão do comportamento da pessoa humana, olhar no fundo do olho da pessoa e saber se ela fala ou não, ou se ela tem coragem de descaradamente mentir. Isto é muito importante.

Como última sugestão do professor Hermann Benjamin, tocante a questão do ordenamento jurídico brasileiro atual, que reconhece, na mediação, um mecanismo importante para a solução dos conflitos, inclusive de consumo.

Minha contribuição lipa-se ao sentido de que mantenha no Código de Defesa do Consumidor restrições ao uso da prática da Arbitragem. Não faz nada de novo, ela repete a forma dura, seca do Código de Processo Civil. O *plus*, o humano, o valor da pessoa humana é resgatado pela mediação, pois na mediação as pessoas se comunicam, as pessoas conversam, elas não delegam nada para terceiros decidirem estranhamente àquilo que acontece no coração, na alma de cada um.

Também, é necessário que se invista na criação e desenvolvimento de associações de defesa dos direitos do consumidor, como já é política do Código de Defesa do Consumidor, para que a sociedade não delegue, como na cultura patrimonialista já vencida, a solução dos seus problemas a desejos bem distantes como no caso do Estado. Ninguém conhece o Estado, ninguém viu o Estado andando por aí. Quem é o Estado? O Estado somos nós.

Também, que a mediação seja condição prévia de ajuizamento de ações, como ocorria já na Constituição de 1824, através de seu art. 161. Que se instrua, que se melhore a situação dos juízes leigos dos Juizados Especiais. Devem eles ser eleitos pelas comunidades, pelos bairros, que eles sejam escolhidos dos homens nobres, honestos da comunidade. Que conheçam os seus pais, que conheçam seus vizinhos. E eles então possam, através dos Juizados aqui falados, mediar os conflitos. Não precisa deslocar tudo para o Fórum distante de onde ocorrem as

circunstâncias, os danos, as violências. Assim já foi, através da Lei nº 15 do 10 de 1827.

Enfim, são essas as reflexões que eu trago a vocês no intuito de colaborar, de levantar novas idéias para que todos juntos possamos alcançar um Brasil socialmente cada vez melhor, mais prazeroso.